

EDITORIAL



UNIVERSIDADE
FUMEC

Educação Infantil (EI) é definida como primeira etapa da Educação Básica, oferecida em instituições privadas e públicas, portanto, não ofertada em espaços domésticos. Essas instituições têm como propósitos gerais educar e cuidar de crianças de 0 a 5 anos, em período diurno independentemente da jornada parcial ou integral (DCNEI, 2010).

No Brasil, por meio de documentos oficiais, encontram-se orientações e fundamentação para a elaboração de um currículo que atenda às crianças pequenas. A primeira vez em que surgiu uma Política Nacional de Educação Infantil foi em 1993 (MEC, 1993). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1998, passa a integrar a EI à Educação Básica (art.208, IV). Em 1999, o Conselho Nacional de Educação (CNE) elaborou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNCEI). Em 2010, as DCNEIS são revisadas e publicadas. E, por fim, em 2014, as diretrizes e os prazos para elaborar a base comum curricular também contemplaram a Educação Infantil por meio do Plano Nacional de Educação (PNE).

Junto a esses documentos e outras publicações acadêmicas na área, percebe-se o interesse pela discussão teórica e construção de práticas de boa qualidade voltadas para crianças pequenas. Nessa direção, a 18ª edição da Revista Paidéia - revista do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde da Universidade FUMEC - apresenta estudos, análises e relatos de experiências no intuito de contribuir para a elaboração de planejamentos e reflexões sobre práticas vividas por educadores e crianças nos espaços da Educação Infantil.

O autor Otavio Henrique Ferreira da Silva é quem inicia essa edição com seu artigo Diálogo sobre educação infantil: questões fundamentais, propondo uma análise teórica, tendo como pressuposto o reconhecimento da criança como sujeito de direitos, a constituição do campo da educação infantil no Brasil, a relação do cuidar e educar, o significado da qualidade na educação da criança pequena e a importância do projeto político pedagógico da instituição escolar. O autor considera como importante para o fortalecimento da educação infantil, nos tempos atuais, uma maior articulação entre universidade e a escola básica, conhecimento científico e conhecimento prático e, também, provoca o leitor a discutir sobre o campo da educação infantil.

Em seguida, destaca-se o estudo de Letícia Chaves e Marília Dourado, A trajetória da RedSOLARE no Brasil e a IMAGEM DE CRIANÇA em permanente construção, que problematiza a educação para a infância enquanto ação política, embasado em valores e ações propostas pela experiência educativa de Reggio Emilia, na perspectiva de que, em contraposição à lógica da educação, enquanto mantenedora do status quo, se pauta numa perspectiva dialógica, de construção social e produção de cultura a partir da relação entre as crianças, a comunidade e a sociedade global. Para tanto, apresenta ações e organizações relacionadas a Reggio Emilia e reflexões filosóficas acerca da participação, enquanto princípio e ação cotidiana, como também propôs Paulo Freire.

Fronteiras permeáveis: a abordagem educativa de Reggio Emilia e experiências pedagógicas em Belo Horizonte é o título do artigo das autoras Alessandra Latalisa de Sá e Flávia Lamounier Gontijo, que discutem as propostas educativas para crianças na cidade de Reggio Emilia, e que representam uma fonte inspiradora para práticas pedagógicas realizadas em vários países. A partir dessa experiência vivida há mais de 45 anos, profissionais da área são provocados a refletirem sobre conceitos e práticas em relação ao modo como organizam o cotidiano nos espaços institucionais. Em Belo Horizonte, há mais de uma década, projetos inspirados em Reggio Emilia são realizados por professores, em escolas e rede de ensino. Por meio de entrevistas semiestruturadas, este artigo objetivou levantar apropriações vividas por quatro educadoras interessadas pela abordagem educativa de Reggio. Percebem-se especificidades nas experiências de cada entrevistada, porém, por meio dos relatos, ficaram evidentes pontos comuns que marcaram suas práticas nas dimensões pedagógicas, conceituais e políticas.

O quarto artigo intitula-se A organização de espaços em ambientes na educação infantil: a experiência do Programa Buen Comienzo da cidade de Medellin, Colômbia de autoria de Rogério Correia e de Samy Lansky, apresenta uma reflexão sobre o espaço na Educação Infantil e sua relação com a constituição de ambientes de aprendizagem e parte integrante da ação pedagógica. O artigo reflete sobre a visita realizada às escolas infantis do município de Medellin, Colômbia. Medellin tem se destacado no atendimento ao estrato mais vulnerável de sua população: a primeira infância das camadas populares. Traz também soluções muito criativas em relação à produção de espaços

da Educação Infantil, desde a elaboração de suas construções até a produção de seu mobiliário e a organização de ambientes. Além de apresentar a visita realizada a três Jardins Infantis do Programa Buen Comienzo, apresenta também a análise de trechos de seus documentos e proposições curriculares no que toca à organização de espaços e ambientes.

O quinto artigo intitula-se Processos criativos: o que temos a aprender com as crianças?, de autoria de Rosvita Kolb Bernardes e Verônica Mendes Pereira. Esse estudo é uma reflexão sobre uma experiência vivida pelas autoras e dialoga com autores que enfatizam que as crianças são atores sociais e são produtoras de cultura, com modos específicos de significar e de agir no mundo, em constante interação com os seus pares, mas também com os adultos. Trata-se do conceito de ateliê e uma possível maneira de organizar o trabalho nesses espaços. As autoras refletem sobre o que afeta a criança e o adulto no encontro com a arte e de que maneira podemos provocar encontros e experiências estéticas que mobilizam e fazem sentido para as crianças e para nós, adultos.

A professora Mônica Correia Baptista apresenta o artigo intitulado Linguagens oral e escrita na Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil, no qual são retomadas discussões teóricas e algumas das orientações contidas no documento técnico elaborado para o Ministério da Educação. Discute-se o tema das experiências de narrativas, apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos. Problematiza-se o papel que a educação infantil deve desempenhar na formação das crianças como sujeitos de linguagem e participantes de uma sociedade marcada pela cultura escrita. Reconhece-se a importância da educação infantil nesse processo, ao mesmo tempo em que se destaca a singularidade do trabalho pedagógico que deve considerar as especificidades da primeira infância. Tais especificidades resultam no desafio de desenvolver uma prática educativa que considere as crianças como sujeitos produtores de culturas, bem como a oralidade, a leitura e a escrita como práticas sociais que, juntamente com as outras linguagens, constituem as culturas infantis.

O sétimo artigo intitula-se Organização dos espaços na educação infantil: o lúdico como facilitador de práticas significativas, de autoria de Ana Carla Cabral e Chrisley Soares Félix. O artigo tem por objetivo refletir sobre práticas de organização/ambientação dos espaços, relacionadas à prática pedagógica baseada em jogos e brincadeiras do espaço na Educação Infantil, destacando a importância desse processo no desenvolvimento da criança, sobretudo em relação ao desenvolvimento do aspecto simbólico. Espera-se, com esse estudo, contribuir para a ampliação de pesquisas e práticas pedagógicas que tenham como eixo a temática organização de ambientes e o uso de jogos e brincadeiras.

O último artigo intitula-se A embalagem sedutora na gôndola do supermercado: garantia de atratividade e estímulo ao desejo de consumo do público infantil, de autoria de Admir Roberto Borges, Sergio Arreguy Soares, Alexandre Coelho e Débora Persilva. O artigo mostra a utilização da embalagem como recurso de comunicação persuasiva e motivadora da decisão de compra no público infantil. A gôndola do supermercado funciona como uma espécie de mídia, onde a exposição dos produtos é planejada para atrair a atenção e vender. A embalagem deixa de ser apenas uma proteção para se transformar em veículo, com mensagens impactantes. Conforme dados apresentados, percebe-se que a criança consumidora faz suas escolhas influenciada pelos elementos visuais e a oferta de brindes. O estudo partiu de uma base teórica, seguido da aplicação de pesquisa de dados primários, envolvendo pais e filhos, em conformidade com os critérios e a devida aprovação do CEP – Comitê de Ética de Pesquisa - da Universidade FUMEC.

Boa leitura!

Augusta Aparecida Neves de Mendonça (Universidade FUMEC)

Alessandra Latalisa Sá (Universidade FUMEC)

Flávia Gontijo Lamounier (Universidade FUMEC)

Coordenadoras da edição